

AO PÓ RETORNEMOS: ARQUEOLOGIA EM DARK, UM ADÃO SEGUNDO A VONTADE DE EVA

Felipe Soares¹

Resumo: Ao cercar as condições de produção histórico-discursivas acerca do cristianismo, neste cenário de intercâmbios culturais e linguísticos, competindo pela veracidade da criação do homem estão, de um lado, as escrituras sagradas bíblicas, do outro, os tabletes de barro mesopotâmicos. Em ambos, verifica-se a discursivização do Gênesis interpretados pelas figuras de Adão e Eva, outrora conhecidos na Mesopotâmia como Enkídu e Shámhat. Não obstante, frente a circulação/manutenção das “verdades sagradas”, percebe-se, atualmente, o campo político brasileiro atravessado pelo discurso religioso. Ademais, as escrituras sagradas têm ocupado não só o espaço constitucional, mas também aqueles midiáticos, como o *Twitter* ou a plataforma *Netflix*. Pretendo, com este artigo (filiado à Análise de Discurso) lançar uma investigação arqueológica mobilizando os conceitos “enunciado”, “arquivo” e “verdade”, tomando como objeto/acontecimento o mito bíblico de Adão e Eva (revisitado, hoje, pela série de TV *Dark*) para evidenciar o processo de fabricação de ‘verdades’ no interior das próprias escrituras sagradas/míticas/midiáticas. Para tanto, embaso meu gesto analítico no aparato teórico-metodológico de Michel Foucault, bem como o alinhamento às frentes teórico-históricas de Blainey, Greenblatt e Ferraz, igualmente requeridas ao desenvolvimento desta discussão.

Palavras-Chave: Cristianismo. *Dark*. Foucault. Gilgámesh.

TO POWDER WE RETURN: ARCHAEOLOGY IN *DARK*, AN ADAM ACCORDING TO EVE’S WILL

Abstract: By curtailing the conditions of historical-discursive production about Christianity, in this scenario of cultural and linguistic exchanges, competing for the veracity of man’s creation are, on one side, the biblical sacred writings, on the other, the Mesopotamian clay tablets. In both, there is the discursiveness of Genesis interpreted by the figures of Adam and Eve, formerly known in Mesopotamia as Enkidu and Shámhat. However, given the circulation/maintenance of “sacred truths”, we can see the Brazilian political field currently crossed by religious discourse. Furthermore, the sacred scriptures have occupied not only the constitutional space, but also those in the media, such as Twitter or the Netflix platform. With this article (affiliated with Discourse Analysis) I intend to launch an archaeological investigation mobilizing the concepts “enunciation”, “archive” and “truth”, taking as object/event the biblical myth of Adam and Eve (revisited, today, by the series TV *Dark*) to highlight the process of fabrication of ‘truths’ within the sacred/mythical/mediatic scriptures themselves. Therefore, I base my analytical gesture on Michel Foucault’s theoretical-methodological reference, as well as aligning it with the theoretical-historical fronts of Blainey, Greenblatt and Ferraz, equally required for the development of this discussion.

Keywords: Christianity. *Dark*. Foucault. Gilgámesh.

¹ Doutorando em Letras, interface entre Língua e Literatura. Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO-PR. Membro pesquisador do LEDUNI – Laboratório de estudos discursivos da Unicentro. Link Currículo Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/3314833135811743>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3986-8945>. felipesoares@unicentro.br

seu desejo de inscrição no território do sagrado), para visitar o referido mito (re)verificando, atrelado ao mesmo, certo espaço colateral oportuno/favorável à sua fabricação discursiva. Isto, com base na ótica analítica dos conceitos que Michel Foucault (1926-1984) estabelece para “enunciado”, “arquivo” e “verdade”, bem como alinhando a reflexão às frentes teórico-históricas de Blainey (2011), Greenblatt (2018) e Brandão (2021). Desse modo, almejo evidenciar a produção de tal verdade “sagrada” (o Gênesis, 1500, AEC) a partir de uma verdade outra “mítica” (o Gilgámesh, 2600 a. C.), conforme inspira, em *Dark*, o embate existencial-narrativo centrado na figura de um Adão posto em xeque pela figura de Eva.

Lugar(es) para escrituras sagradas

Brasil, 2018, cenário das eleições presidenciais. Como raramente antes visto no país (em dada intensidade), o discurso religioso pulveriza a dimensão do espaço constitucional. De lá pra cá, o perfil do atual presidente da República brasileira (e de seus partidários), filiado à rede social *Twitter*, é apresentado/editado/embasado, maiormente, a partir de passagens bíblicas, de citações de salmos, de imagens cujas edições remetem, intericonicamente², a representações do evangelho de Cristo. Assim postados, com efeito, fazem equivaler/alavancar a figura do presidente alinhando-a com certo eco, remontando à certa memória mítica/sagrada; aquela de um *governante salvador*. Das legendas que se apresentam compondo tais enunciados³, cito: “Até Aquinos

2 Conceito de Jean-Jacques Courtine, o qual estabelece não existir imagem que não nos faça surgir outras imagens, tenham sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas. Intericonicidade supõe relacionar conexões de imagens, interiores ou exteriores ao sujeito, que “pode ser inscrita numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira do enunciado numa rede de formulações junto a Foucault [...] ressurgidas ou até fantasiadas, que assombram o imaginário (COURTINE, 2013, p. 44).

3 Um “conjunto de signos, que não se identifica nem com a “aceitabilidade” gramatical, nem com a correção lógica, e requer, para se realizar, um referencial (que não é exatamente

ajudou o Senhor! Samuel 7:12” (figura 1); “E não temerei, Salmos 5 6: 4” (figura 2) – a exemplo, como se depreendem:

Figura 1 (fonte: @DamaresAlves/Twitter)

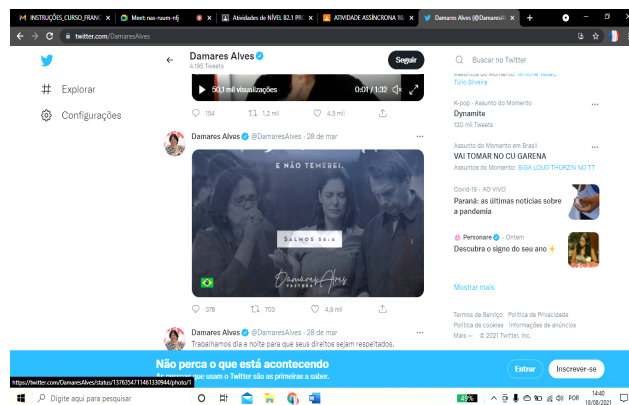


Figura 2 (fonte: @DamaresAlves/Twitter)



Visto como o discurso religioso invade a dimensões outras (espaço midiático; espaço constitucional) se evidencia o mesmo, desta forma (não apenas através imagem) como inscrição basilar discursiva deste chefe de Estado. Nota-se irromper assim a esfera de discursos religiosos (estes de ordem bíblica) por fim replicados como projeto político conforme a vontade de seu governante. Para exemplificar o atravessamento do discurso religioso num espaço laico promovido pela figura

um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito, (não consequência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes), um campo associado [...] uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização (FOUCAULT, 2010, p. 130).

desse “governante salvador”, trago dados de uma entrevista realizada no dia 12 de julho de 2021.

Na ocasião, sendo solicitado que esclarecesse seu arrependimento acerca de declarações feitas contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (Luís Roberto Barroso) sobre sua defesa do voto impresso, o presidente interrompe a auditoria e pede aos cristãos presentes no recinto (principalmente àqueles de seu escalão particular de jornalistas) – e demais no país – que rezem junto dele: “Parem de falar de arrependimento, que coisa feia. Vai acabar a entrevista. Vai acabar. Depois vocês me chamam de grosso. Vamos rezar um Pai Nosso? Vamos lá, me ajudem... Pai nosso que estás no céu...”⁴. Certamente, não se trata do primeiro governante da história, ocidental, nem oriental, cuja imagem pretende-se ao patamar divino, parasitando um espaço de ordem constitucionalmente democrática para metamorfosear-lhe em prática de pregação, de culto, de rito.

Como se observa, considerando as devidas ressalvas históricas, sociais e culturais (precauendo a incorrência de um anacronismo), tal como o já fizeram Moisés, o Rei Davi, e outros messias – personagens históricos associados intrinsecamente à discursos religiosos –, percebe-se a figura do presidente brasileiro em questão enveredar-se na mesma escala mítica, ao passo que faz uso de escrituras sagradas para reiterar-se como tal. O faz, e como se observa, conforme apela a discursos de ordem religiosa em seu governar.

No entanto, meu interesse, obviamente, não é investigar a vontade do sujeito presidente (figura/função histórica governante-religiosa) sobre as verdades que profere. Ao expor tais espaço e discursos justapostos, pretendo evidenciar a *fabricação de verdades* arroladas às materialidades que se pretendem “escrituras sagradas”, consequentemente lidas “verdades”,

4 Disponível em: <https://correiodenoticia.com.br/2021/07/13/bolsonaro-interrompe-entrevista-reza-o-pai-nosso-e-da-licao-em-jornalistas-veja-o-video/>

e pelas quais determinados sujeitos e figuras históricas se constituem/beneficiam/amparam para que ocupem uma posição mítica. Dentre estas, atendo-me à algumas aludindo à Bíblia católica (consensualmente escrita por 40 autores, o *Antigo Testamento* entre 45 EC; o *Novo Testamento* entre 110 EC, totalizando um período de existência de quase 1600 anos). Primeiro, por ser a escritura sagrada mais difundida no Brasil. Segundo, por ser recorrentemente citada como base discursiva da gestão presidencial mencionada, conforme apresentei.

Das verdades inscritas na Bíblia, por sua vez, nesse cenário polarizadas pela voz presidencial e inscritas como *posts* que circulam midiaticamente pelo *Twitter*, a produção de sentidos arroladas a estas, impactam. Os saberes/poderes que as asseveram verossímeis incorrem, geralmente, em interdições são inúmeras. A exemplo: às mulheres, é proibido falar sem a autorização do marido (1 Timóteo 2:12); proíbe-se relações homoafetivas (Lev. 20:23); etc. Sobre o(s) fundamento(s) que as estabeleceram “autênticas”, posteriormente examinarei as escrituras sagradas (dogmas político-religiosos) junto ao historiador havadiano Stephen Greenblatt (1943-). Voltando à circulação das escrituras sagradas na atualidade e vislumbrando o impacto de sua disseminação, vale frisar porque relevante seria, no Brasil, analisá-las.

Observam-se índices arrolados a verdades de cunho religioso gravitando próximos aos versículos 1, Timóteo 2:12 e Lev, 20:23, dada sua voga na cultura conservadora brasileira: em 2018 o Brasil torna-se o quinto país mundial em taxa de feminicídio com a média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres⁵. Já em 2019 o Brasil foi apontado como o país onde mais morrem LGBTQA+ no mundo: 1 assassinato a cada 19 horas⁶. Ora, eis que, para

5 Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>

6 Disponível em: <https://www.brasildefato.com>

além desses dados e da crise sanitária no país atrelada ao COVID-19 alavancada desde março de 2019, considero razoável aproximar o cenário brasileiro daquele narrado na fictícia Winden: ambos se precipitam, surrealmente, às margens de um apocalipse ordenado (ou decorrente) pela tomada de um desejo reiterado como verdade *única* por seus governantes.

À medida em que pontuo a latência de uma discursivização mítica atravessada em ambos os cenários apontados, uma, ficcional, materializada numa série televisiva, a outra, como visto, localizável em ampla circulação midiática via *Twitter*, creio válido submeter, sobremodo a respeito das verdades bíblicas, o mito de Adão e Eva a uma análise sobre a fabricação de verdades a que me referia. No encaixe de Michel Foucault, objetivo contribuir com a genealogia dos problemas, das problematizações; hoje, tão urgentes às ciências que endossam os direitos humanos frente o risco de jogos discursivos disputando a exclusividade sobre a(s) verdade(s) de *como* se viver.

Conforme acena o filósofo, sobre as enunciações que podem ser recomeçadas ou reevocadas (visto a repetição mítica) antevejo a coexistência de um mito fundador para Adão e Eva, em questão muito mais antigo àquele narrado pela versão bíblica católica. Afinal, nessa concepção cíclica, o mito cristão da gênese do homem não seria exceção (visando suas condições de produção enunciativas/históricas envolvidas) a “uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme[m] sobre seu próprio passado” (FOUCAULT, 2010, p. 118). Dito de outro modo, é possível localizarmos as sombras de Adão e Eva associadas a certo campo adjacente, arcaico aquele profetizado pela Bíblia. Retrocedo, portanto, ao berço das escrituras sagradas, igualmente lugar onde teve início a escrita.

Escultores de barro, narradores de Gênesis

Na Mesopotâmia, entre 4000 a. C. e 75 d. C., era comum a difusão da palavra escrita sobre tábulas de argila cozidas – a mídia mais comum da época. O que sobrou do alfabeto usado é conhecido hoje como escritas cuneiformes. Trata-se da mistura de sinais fonéticos e símbolos visuais, feitas com um caniço aparado que, comprimido contra a argila úmida, deixava marcas em forma de cunha. Foi também o sistema de escrita usado principalmente pelos sumérios, acadianos, babilônios, assírios e hititas. Caiu em desuso com a ascensão do Império Romano, em meados do século 27 a. C., sendo progressivamente substituídas por caracteres alfabéticos latinos.

Com efeito, as narrativas contidas nos blocos de argila remanescentes caíram em silêncio. Só puderam voltar a ser lidas muito depois que o exército de Napoleão desenterra, em 1799 no Egito, certa coluna monolítica. O fragmento de granito negro pesando aproximadamente 4 toneladas, medindo 118 cm de altura, 77 cm de largura e 30 cm de espessura era uma estela. Estelas eram, antes da invenção do papiro, o “livro registro” de inscrições governamentais ou religiosas usado mesmo antes das primeiras nações egípcias. A estela encontrada em questão pelo exército francês ficou conhecida como *Pedra de Rosetta*, em homenagem a cidade em que foi encontrada na província de Al-Buhaira. Falo do artefato que continha o código para a decifração da escrita cuneiforme.

Posteriormente ao seu achado, sua importância foi crucial aos estudos antropológicos, conforme relembra Greenblatt em *Ascensão e queda de Adão e Eva* (2018), a considerar o volume de narrativas até então adormecidas e anteriores à ascensão do cristianismo medieval, bem como os adventos tecnológicos do papiro ou da prensa de Gutemberg. Exposta sua relevância histórica

ao campo dos saberes, no entanto, evoco a *Pedra de Rosetta* aqui para lembrar não só propriamente de sua importância do processo de tradução de certos textos, mas sim (após o seu surgimento) a possibilidade de se *estabelecer relações entre eles*, pois, é notório afirmar também

[...] quando as tábulas cuneiformes já não podiam mais ser lidas [...], seus mitos mergulharam num sono sem sonhos⁷. Isso não aconteceu de um momento para outro: sua existência deve ter perdurado na memória daqueles que recordavam os tempos distantes em que o relato da criação era lido do alto do zigarte para que todos ouvissem” (GREENBLATT, 2018, p. 45).

O artefato histórico, objeto de escrita sagrada pertinente à questão que levanto, entretanto é outro. Ponto que direciona também a discussão à outra figura histórica, no caso, pivô que adiantou o próprio apocalipse no interior do círculo religioso cristão, a saber, dada à experiência de um deus dado como desaparecido em ação frente ao conhecimento dos avanços científicos (médicos, antropológicos, linguísticos) do século XIX. O artefato que evoco é o Tablete 1 da *Epopéia de Gilgámesh* (2600 a.C.), cujos poemas foram traduzidos pelo assiriologista do *Museu Britânico de Londres*, Sr. George Smith (1840-1876). Eis o próêmio de *Ele que o abismo viu*, texto compilado em 12 tabuinhas (narrando da criação do homem até o dilúvio), atribuído ao escriba mesopotâmico Sin-léqi-unnínni (1000 a.C. ou 1300 a.C.), datando do último terço do II milênio (2600 a.C.), escrito em Acádio.

Conforme relembra Greenblatt, qualquer reelaboração mítica tem seu preço. Com a mitologia cristã, não seria diferente. Enfoco, momentaneamente, no entorno das condições de produção enunciativas (ou seja, o conjunto de ditos/escritos rastreáveis sobre determinada coisa) da história cristã. Se a mapearmos partindo da língua, para Greenblatt, é importante relevar que “os exilados de Judá mantiveram o hebraico como

sua língua nacional, mas usavam na vida diária um primo linguístico daquele idioma, o aramaico, que era, como o neobabilônio, a linguagem do dia a dia na Babilônia” (GREENBLATT, 2018, p. 38). Disto isto, oportuno é frisar que não havia, na época, uma forte barreira idiomática entre eles (os hebreus) e seus captores (os babilônios). Mediante a facilidade de tal tráfego linguístico circulavam narrativas, graças aos parentescos idiomáticos citados. Nessa medida é possível dizer que

[...] os babilônios permitiam que as classes superiores daqueles que deportavam vivessem na corte real. Talvez alguns exilados mais cultos dominassem também o acádio antigo, o babilônio antigo ou até o sumério, as línguas arcaicas em que eram conduzidas as cerimônias rituais do reino de Nabucodonosor e nas quais os escribas babilônios continuavam a registrar as histórias de seu povo. Sentissem os hebreus fascínio ou repulsa pelo que acontecia em torno deles – os cânticos, as festas e rituais, o folclore e o mito elaborados –, nada podiam fazer a respeito (GREENBLATT, 2018, p. 38).

As palavras e histórias entoadas pelos babilônicos que acompanharam os exilados hebreus de retorno à Jerusalém, inspirados na reconstrução de seu Templo e retomada de seus sacrifícios ao deus Iahweh surtiram efeito. A atividade de restauração arquitetônica, territorialista, não lhes bastava. Era-lhes indispensável equivalerem-se em grandeza aos seus detratores babilônios, assim, “partiram com um projeto intelectual da mesma magnitude, se não maior: produzir um livro sagrado com base em todos os seus muitos registros e narrativas” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Sabe-se que os hebreus viveram, durante mil anos ou mais, sem possuírem um texto sagrado que fosse único e coletivo enquanto, exilados na Babilônia, tiveram contato contínuo com os textos sagrados do *Enuma Elish*, bem como com seus louvores à criação do homem. Do trauma gerado deste período de exílio, é possível dizer que a ameaça de perda da memória cultural hebraica tivesse provocado a sua resolução de agrupar histórias e leis – materializadas em

⁷ Todos grifos do autor.

línguas familiares – com as quais os hebreus se identificavam, se definiam.

Resumindo. A decisão de compilar um livro sagrado fundamentava-se no receio expressado pelo escriba Esdras, “líder de grande parte dos exilados que retornaram a Jerusalém de que os hebreus ‘não se separaram dos povos da terra’ (Esdras 9,1)” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Fato é que os hebreus adotaram costumes, crenças e trajes de outros povos. Poque não teriam, nessa medida, entrelaçado os cultos à Iahweh com cultos prestados aos deuses rivais? Fizeram-no sim, sobremodo, porque “é nesse solo improvável – um povo derrotado e amargurado, repatriado graças à vontade de um príncipe estrangeiro – que a Bíblia como a conhecemos parece ter se consolidado” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Como dizia; mesma história, muda-se a narrativa. Apropriando-se das palavras do biblicista Julius Wellhausen, Greenblatt assevera que

[...] não importava o que tivesse sido revelado a Moisés no monte Sinai [...] a Torá escrita, como a conhecemos, não foi obra de um único autor. Ao propor sua hipótese documental, Wellhausen identificou e ordenou cronologicamente quatro textos ou quatro linhas diferentes que foram mesclados enquanto a Torá ganhava a forma em que a conhecemos. Cada uma dessas linhas representava um conjunto característico de aspectos, preocupações e maneiras de se referir a Deus; cada uma delas surgiu num diferente momento do desenvolvimento histórico do antigo Israel; cada uma delas respondia a pressões distintas e representava diferentes interesses institucionais e ideias teológicas (GREENBLATT, 2018, p. 41).

Logo me concentrarei sobre as pressões e diferentes interesses institucionais que corroboraram com a fabricação da Bíblia. Neste momento, destaco a desconstrução do mito de origem, a premissa básica da história de criação do homem, considerando que o Gênesis possui, então, mais de uma fonte. Não cabe aqui também aprofundar a problemática envolvente a ideia de sua autoria (cristã). Para os antropólogos, a

crença de que Moisés em pessoa teria escrito a narrativa dos primeiros capítulos do Gênesis, já não tem mais garrida mediante a detecção histórica acenada. Derrubada a ideia de uma autoria ímpar (ou divina), sem nada haver de surpreendente nisto visto não existir algo que venha do nada, admite-se, convencionalmente, apenas que houve certo alguém, um narrador do Gênesis o/os responsável(eis) de *juntar todas as peças* e de (re) escrever a história hebraica da criação que chega à atualidade mesmo tantos séculos depois. E trata-se de uma bem sucedida narrativa, a prova de vontade do supremo poder do Iahweh hebraico. Sua onipresença e onipotência significava que deveria ter criado os primeiros humanos, mas, mais do que isso, a escrita sagrada dos hebreus cumpre narrar

[...] um deus que tinha um poder tão absoluto – que podia tratar um monarca do porte de Nabucodonosor como seu vassalo – era não só o senhor do universo, com seu criador; não apenas o maior entre os deuses, mas o único e verdadeiro; não somente criador dos judeus, mas o criador de toda a humanidade [*em detrimento de um recalque, represália cultural, espiritual aos babilônios?*]. Por isso, a Bíblia hebraica que foi costurada de forma tão brilhante depois da volta do exílio não podia começar com Abraão e a origem dos hebreus. Tinha que começar com Adão e Eva (GREENBLATT, 2018, p. 43).

Retorno ao estrondo de sua descoberta linguística de Sr. George Smith. Ao se notar que, segundo o Gênesis, o deus exterminador e o deus protetor são o mesmo, essa *iniquidade* fatal do deus hebraico foi o calcanhar de Aquiles para teólogos e religiosos, seguido das comprovações científicas (darwinistas) do século XIX. Constatando-se as “verdades” bíblicas perdendo espaço, vertiginosamente, a impossibilidade de se solucionar tais dilemas – sem esquivar-se do que está *dito* na própria escritura sagrada –, somente potencializa incongruências em sua “autenticidade”. É quando a verdade inscrita na superfície de livros já bastante folheados e debatida há séculos colide com tradução publicada pelo assiriologista.

Em outubro de 1875, George Smith retorna das ruínas de Nínive (atual Iraque), a biblioteca ancestral babilônica, carregando consigo uma dezena de pedras, compilações de cânticos babilônicos registrados em escrita cuneiforme. Após concluir a tradução dos tablettes, Smith exclamou ser “o primeiro homem a ler isto depois de mais de 2 mil anos de esquecimento.” [E,] depondo a tábua sobre a mesa, ele deu um salto e pôs-se a caminhar pela sala tomando grande excitação” (GREENBLAT, 2018, p. 49). A tradução do assiriologista fez acordar o entorpecido o mito de Gilgámesh, a “história mais antiga já encontrada”, (GREENBLAT, 2018, P. 55). Posteriormente, poema encontrado em mais de quatorze versões, aliás. Em todas elas narra-se aquela que é considerada, consensualmente, a *introdução* canônica da literatura antiga, o “cômputo da história da humanidade”, cuja compilação mais bem preservada é aquela arrogada à Sin-léqi-unnínni⁸. Ainda, segundo o antropólogo e organizador da tradução brasileira de *Gilgámesh*, Oséias Ferraz, esta obra (traduzida diretamente do Acádio), “acrescentou ao corpus de suas tradições literárias [ocidentais/orientais] um número considerável de textos cuja existência era antes, para nós, modernos, insuspeitada” (FERRAZ, 2017, p. 10-11).

O pó sobre o mito de Gilgámesh

Havia o bosque Úruk (não um jardim) e Shámhat, sacerdotisa do amor (entra em cena, primeiro, a mulher). Então, a deusa-mãe Arúru (divindade concebida no feminino) “lavou as mãos,/ pegou um punhado de pó [*sbar*, em Acádio], molda-lhe com ele uma criatura chamada Enkídu, [em cena, o homem *coadjuvante* na narrativa]/ com

⁸ O nome do escriba está listado no próprio texto, gesto não considerado ortodoxo para obras em escrita cuneiforme. O mais recente tablete escavado, de compilação atribuída à Sin-léqi-unnínni, foi encontrado em 2011 por “Farouk Al-Rawi [e pertence ao arquivo] do Museu de Suleimaniyah, no Iraque, tendo sido publicado por ele próprio e por Andrew George em 2014” (FERRAZ, 2017, p. 9).

o corpo coberto de pelos desordenados e atirou-o na estepe” (1,101) (BRANDÃO, 2021, p. 48). Eis o princípio da narrativa da criação babilônica, que se estende, compilada em mais de 30 tablettes, até a cena do seu apocalipse (um dilúvio). Prosseguindo com a história, nela, Arúru comanda Shámhat, criatura versada em todos os prazeres, a ocupar-se de Enkídu: “A roupa estende, deixa-o deitar-se sobre ti,/ E faze com que esse primitivo o que faz uma mulher: seu desejo se excitará por ti,/ Estranhá-lo-á seu rebanho, ao que cresceu com ele” (1,184-188) (BRANDÃO, 2021, p. 51-52). Ocorrendo tudo conforme o esperado,

Shámhat e Enkídu passam seis dias e sete noites entregues a uma impetuosa concupiscência. Ao fim desse tempo, quando Enkídu tenta retornar às gazelas e outras criaturas selvagens, todas fugiam dele. Enkídu se espanta por não ser mais capaz de contar com a companhia dos animais, porém, sua desorientação e perplexidade são prelúdios de um novo estado de coisas [És bom, Enkídu, como um deus és tu! Por que vagas com os animais pela estepe?] (1,204-208) (BRANDÃO, 2021, p. 51). Não foi só o corpo dele que se transformava mas também sua mente. Ele não é mais um selvagem entre animais selvagens [...]. [Contempla-se] uma marca da passagem da natureza para a cultura. [...] Estamos assistindo ao nascimento do homem (GREENBLAT, 2018, p. 56).

Essa foi a grande epopeia que circulava no Oriente, anterior em muitos séculos da decisão dos hebreus de escreverem sua própria história acerca dos primeiros tempos da humanidade. Como acena Greenblatt, “um exultante relato de iniciação sexual; uma gradual ascensão da selvageria à civilização [...]; uma difícil e relutante aceitação da mortalidade” (GREENBLATT, 2018, p. 59). Com o colapso das cidades mesopotâmicas, esse relato desapareceu junto à tecnologia ultrapassada da escrita cuneiforme. Com ele, a história de amor mais antiga já narrada ficou esquecida por milênios, registrada numa escrita inelegível e sepultada sob montanhas de escombros. Até ser recuperada por Sr. George Smith. Por isso ela não se tornou parte da herança cultural ocidental/oriental. Em

seu lugar, herdou-se o Gênesis hebraico. Agora, aproximando-os, a cena de abertura da criação bíblica retumba batida:

Le Seigneur Dieu prit de la poussière du sol et en façonna un être humain. Puis il lui insuffla dans les narines le souffle de vie, et cet être humain devint vivant. Ensuite le Seigneur Dieu planta un jardin au pays d'Éden [...], pour y mettre l'être humain qu'il avait façonné (BIBLE, A.T., N.T. Genèse, 1,2, Le jardin d'Éden, p. 6).

Quando proponho um retorno ao pó, não o faço simplesmente para evocar uma memória; o faço para localizar, arqueologicamente, a reverberação deste enunciado num dado “arquivo”, ou seja, no regime de “verdades” já *ditas* sobre este; eis o lugar onde se chega ao buscar as condições histórico-discursivas acerca de determinado objeto. Por consequência, precipito-me, talvez, sob o eco bíblico o mais notório atrelado a este enunciado: “do pó vieste e ao pó retornarás” (Gênesis, 3:19). Dito isto (elegendo o enunciado *pó*, e não outro), em se tratando aqui da mobilização de poeiras distintas (pó hebraico/pó babilônico), mas que, entretanto, inscritas numa mesma formação discursiva (o lugar do sagrado), cumpre agora examiná-lo em seu caráter rarefeito, considerando-o como um acontecimento discursivo (o mito de Adão e Eva/a criação do homem) o qual, conforme se observou, jaz justaposto nas duas narrativas míticas. Rarefação que demonstro articulada segundo definem as regras do arquivo, me permitindo escandir o dito enunciado visando seus *limites* (que não são herméticos, mas porosos) e suas *formas* (suas inúmeras materialidades discursivas) afim de realçar sua *decibilidade*.

Ou seja, aquilo que é possível falar, aquilo que lhe foi constituído como *domínio discursivo*. Dito de outro modo: 1) *Princípio organizador* que estreita as margens deste enunciado, tangenciadas por declives históricos (mito babilônico; mito

9 Que não é um conjunto de documentos culturais guardados por uma memória e testemunho de um passado, tão pouco uma instituição responsável por conservá-lo, mas que “é antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento de enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2010, p. 170).

hebraico). 2) Sistematização que lhe atribui certa *regularidade* (pó = *sbar*, em acádio; = ‘*adama*, em hebraico; = *la poussière*; em francês), a qual, até então, “por razões de circunstância ou por uma incapacidade ligada à sua própria forma de linguagem [escrita cuneiforme] – seu discurso não foi capaz de exprimir” (FOUCAULT, 2010, p. 169). 3) Portanto (e, apesar disso) pela ótica arqueológica, tal decibilidade conservaria a discursivização sobre o pó não promovendo uma redução da “diversidade dos discursos [envolvidos] [...], mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes” (FOUCAULT, 2010, p. 180): memórias babilônica/hebraica da criação. Vista sob o exame que proponho, esta é *reativada* por

[...] enunciados anteriores [que] outra cultura retém, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análise os submete, os limites e as formas da *apropriação* [narrativa babilônica] que indivíduos [os hebreus], grupos têm direito a determinada classe de enunciados [tábulas de argila/ escrituras sagradas], como se define a relação do discurso com seu autor [babilônios/ hebreus]; como se desenvolve entre as classes, as nações ou as coletividades a luta [disputa pela criação do homem] para encarregar-se dos enunciados [Gilgamesh/ Gênesis] (FOUCAULT, 2010, p. 169-171).

Vendo mais de perto: em Gilgamesh, a deusa Arúru cria um homem usando pó (*sbar*). “Pegou um punhado de pó, molda-lhe com ele uma criatura chamada Enkidu” (1,101) (BRANDÃO, 2021, p. 48). Em seu turno, Iahweh, o deus hebreu, também forma um homem a partir do pó. Interessante é destacar do presente jogo de palavras a disputa em nome da espécie humana partindo do mesmo enunciado. Em hebraico, a palavra *pó* (que é sinônimo de barro, ou argila) é ‘*adama* e o termo que designa homem é ‘*adam* (posteriormente, *σάρω*), nos primevos Testamentos gregos. Na transição do cristianismo para a Idade média, *la poussière*). E ao invés de acrescentar a essa figura mítica esculpida em barro hebraico qualquer substância para animar-lhe, é uma divindade masculina (*Le Seigneur Dieu*) e

não outra feminina (Shámhat) que sopra em suas narinas um hálito de vida (*le souffle de vie*).

A imagem captura o milagre da animação: “matéria é o próprio pó inerte da terra, mas não é inerte. O barro respira; está vivo. Deus o criou e despertou-o para a vida, porém não se acha presente nele. Nisso está a possibilidade de libertação e alienação” (GREENBLATT, 2018, p. 60). Criado “à imagem de Deus”, tem, desde o primeiro momento, o status de um ser que não é idêntico aos outros animais, mas é criado para dominá-los. No Gilgámesh, o homem modelado do barro é um selvagem, coberto de pelos, dotado do comportamento animalesco, até encontrar-se com Shámhat.

Contudo, o fato de o Adão cristão não precisar aprender ou experimentar nada afim de alcançar a sua identidade, não elimina apenas, e de uma só vez, toda a necessidade de aprendizagem contida na história de iniciação de sua versão pretérita, Enkídu. Com ele se esvai o papel de Shámhat, mulher, de status *superior* aquele quisto à Eva, justamente por ser ela a sábia figura responsável pelo “sopro de vida” dado a Enkídu (e não Deus), aquela que, ao invés de entregar-lhe uma maçã amaldiçoada, relembra-o do conhecimento que lhe propiciou: “És bom, Enkídu, como um deus és tu! Por que vagas com os animais pela estepe?” (1,204-208), (BRANDÃO, 2021, p. 51).

O que se depreende ao ter-se examinado o arquivo exposto, conforme ensinou Foucault, explorando suas relações, é a possibilidade de se afirmar que a decibilidade acerca da narrativa babilônica de Gilgámesh encontra-se presente (sobremodo pela relativização do enunciado pó) atravessando a narrativa hebraica, o Gênesis. Esta, *limitando-a, reformulando-a*, nesse passo corroborou com a fabricação discursiva bíblica da criação do homem, segundo sua versão babilônica – salvas as devidas adaptações. Ora, no mito babilônico, a posição feminina não é relegada a um segundo

plano, carne da carne de Adão (Enkídu?). Há tão pouco serpentes ou convencionadas maçãs. Há sim uma “Eva” (cumplice de uma divindade feminina) responsável por resgatar o primeiro homem de seu estado de selvageria para insuflar nele *a sabedoria*. Enfatizo: sob o pó/barro hebraico dormita o pó/barro babilônico junto da figura feminina de Shámhat, cuja relevância de seu papel na criação primeira, Gilgámesh, ofusca sua releitura futura, no Gênesis, como Eva. Digo, conforme *quiseram* Eva.

Melhor ainda dizendo, em ressonância ao pensamento arqueológico acatado, demonstrado pelo gesto analítico até aqui empreendido, uma vez demonstrado o processo de fabricação de verdades (inscrites em escrituras sagradas) com base nas condições históricas (povo hebraico cativo à cultura babilônica) pelas quais se verificou a circulação e repetibilidade mítica abordada (Gênesis/Gilgámesh), cito Foucault aludindo a premissa máxima de sua Arqueologia para reforçar esta reflexão:

[...] não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado -, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com um campo adjacente [a mitologia]. [...] Não se trata de uma relação suplementar que venha se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase [Gênesis/ pó/ ‘adam/ Adão/ Eva], não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado [escrituras sagradas/ escrita cuneiforme/ Twitter/ Dark] sem que seja utilizado um espaço colateral [Gišgímaš/ shar/ Enkídu/ Shámhat]: todo enunciado tem sempre suas margens povoadas de outros enunciados (FOUCAULT, 2010, p. 110).

Resta evocar, brevemente, o conceito de verdade para concluir minha exposição. Em suas formulações ministradas nos cursos do *Collège de France* entre 1973-1974, a saber, *O Poder psiquiátrico*, e também em sua aula inaugural no mesmo, vulgo *A ordem Do Discurso* (1970), Foucault tece alguns apontamentos sobre a manutenção discursiva da verdade. O filósofo é claro. Ao se operar o conceito de verdade, cabe dizer que não se trata de

empenhar a verificação do estabelecimento de uma reflexão sobre a existência de um fato “certo” em detrimento de outro “errado”. Como diz Foucault, não há buraco negro na verdade. Ora, “a verdade nela mesma percorre o mundo inteiro, nunca é interrompida” (FOUCAULT, 2006, p. 302). Isto, grosso modo, quer dizer que para o saber científico, não há nada “suficientemente próximo para que não se possa lhe fazer a pergunta: o que é você em verdade?” (FOUCAULT, 2006, p. 302). Logo, cabe indagar: o que é uma escritura sagrada, como a Bíblia (e por conseguinte, as verdades nela afirmadas) *em verdade*? Para formular uma resposta admissível à pergunta levantada, recorro aos conceitos foucaultianos de *verdade acontecimento* e *verdade demonstrada*. Os fatos que compõe à natureza da primeira lhe atribuem o caráter, nada mais, nada menos, que aquele de um *posicionamento efêmero*, já que

[...] ela passa como um relâmpago, rapidamente; em todo caso, ela está ligada a ocasião, *kairós* [...], não tem geografia nem calendário, é uma verdade que tem seus mensageiros [...], operadores dessa verdade descontínua [...], essa verdade não é universal [...], mas sim dispersa, uma verdade que se produz como acontecimento (FOUCAULT, 2006, p. 303-304).

Aproximo, portanto, as verdades bíblicas à natureza da verdade acontecimento, primeiramente. Atinjo, com isso, imagino, as feridas abertas deixadas pelos dogmas religiosos. Em *Uma breve história do cristianismo* (2012), Geoffrey Blainey é direto sobre a força motriz do projeto cristianismo, afinal, mesmo que a curta vida de Cristo fora extraordinária, não se podia “garantir que a mensagem deixada por ele, por si só, bastasse para criar a instituição que se mantém acerca de dois mil anos” (BLAINEY, 2012, p. 41). Eram necessários também, frente às pressões sociais, políticas, a *manutenção* da palavra de Cristo, dados os diferentes interesses institucionais que desejavam confiscá-la.

O que conduz à questão levantada, sequencialmente, às verdades que se quiseram *demonstradas*. Quero dizer, desde o registro bíblico mais antigo, a carta escrita por Paulo, a primeira epístola aos tessalônios, até a compilação final do *Novo Testamento*, a mobilização/manutenção textual realizada por seus mensageiros¹⁰, responde diretamente às diretrizes de um sistema organizado ao redor de *concessões*, nesse sentido, logo filtradas por *procedimentos de exclusão*. Não há novidade nisto também, a pensar que

[...] em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009, p. 9).

Outra palavra que gravita próxima às temíveis materialidades associadas às concessões é *vontade*. No caso da narrativa bíblica, percebem-se inúmeras delas convencionadas à memória dos *acontecimentos* ligados à *ocasião* da palavra, vida e morte de Cristo. Disto isto, é preciso ainda ir mais fundo. Por que eleger a articulação destes discursos (os evangelhos que compõem a Bíblia como é conhecida hoje) e não outros (os evangelhos, concílio após concílio, edição após edição, como os evangelhos apócrifos)? Ora, porque, durante a fabricação da Bíblia,

[...] tornou-se importantíssimo o registro por

10 Segundo Blainey, “Cristo transmitiu quase todos os seus ensinamentos em uma língua semítica chamada aramaico [...]. Ele falava um pouco de aramaico e um pouco de grego [...]. Nas igrejas cristãs da Palestina, a pregação e os cânticos eram feitas em hebraico [...]. Os judeus cristãos que se reuniam fora da palestina rezavam em grego, a principal língua da metade oriental do Império Romano. [Por isso,] os quatro evangelhos que compõem a essência do Novo Testamento foram escritos em grego [...]. Perpétua, uma brava mulher que morreu no norte da África em 203, foi provavelmente a primeira cristã conhecida a escrever em Latim. Esse acabou sendo o idioma dos cristãos ocidentais [para os quais] a palavra falada – e não a palavra escrita – foi de importância vital. [...] Com o passar do tempo, não havia mais ninguém que tivesse conhecido Jesus pessoalmente. Quando morreu o último dos doze discípulos – não se sabe a data nem o local –, [...] tornou-se importantíssimo o registro por escrito dos ensinamentos de Jesus e da história da sua vida” (BLAINEY, 2012, p. 47, 48, 49).

escrito dos ensinamentos de Jesus e da história de sua vida. Felizmente, alguns relatos tinham sido anotados, e cópias eram levadas [logo, **dispersas**] para os encontros e cristãos e lidas em voz alta [...], todos que viviam na cidade ou no campo se reuniam, no mesmo lugar, para ouvir as memórias dos apóstolos [ou seja, os **operadores dessa verdade descontínua**] ou os escritos dos profetas, que eram lidos por longas horas (BLAINEY, 2012, p. 49).

Como se infere, é no interior da produção da série discursiva cristã em que se excluem/elegem tais posicionamentos (verdades) em detrimentos de outros. Nisto se nota o funcionamento da *verdade demonstrada*, esta que está mais próxima das *relações de poder*, calcada numa “verdade-relação de conhecimento, a verdade que, por conseguinte, supõe, e se situa no interior da relação sujeito-objeto” (FOUCAULT, 2006, p. 305). Compreendida a extensão da verdade demonstrada aportar no âmago interior da figura do sujeito (função/posição histórica), nota-se, nesse sentido, a *persona* do “governante salvador” (ocupada antes por Moisés, Rei Davi, Nabucodonosor, e nessa esteira, hoje, J. Bolsonaro), necessária para consolidar a instituição dita cristã. Assim, o que jaz inscrito nas escrituras bíblicas é a “verdade” que se quis sobre “a palavra de Cristo”, relegada à demonstração/articulação de *verdades estratégicas* por intermédio do desejo e autoridade de seus governantes.

Não enredarei à discussão as dimensões conceituais que Foucault confere ao poder. Por hora, ajuízo suficiente dizer, centrado na *função* pastor, governante salvador, que esta opera os inúmeros procedimentos de controle e de delimitação do discurso (a Bíblia), por sua vez, atravessada, de um lado, pela “verdade acontecimento” (o que se disse/está dito em ocasião à vida de Cristo) – em sua exterioridade – ou seja, dizeres, tábulas, bíblias funcionando como “sistemas de exclusão [que] concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo [do governante sobre seu rebanho]” (FOUCAULT, 2009, p. 21). Do outro, se encontram nesta mesma figura os princípios

atravessados pela “verdade demonstrada” – uma exibição de seus aspectos interiores – a saber, os princípios que fundam seu “comentário [cultos]”, “autor [os apóstolos]”, “organização das disciplinas [biblicistas]”, “rarefação [seleção de evangelhos],” e “grupos doutrinários [consolidação da Igreja Católica]” (FOUCAULT, 2009, p. 22-44).

Dito isto, retomo. O que é a Bíblia *em verdade*? Indiferente ao ângulo que se observe qualquer escritura sagrada, sendo admissível dizer que estas são, essencialmente, demonstrações de posicionamentos estratégicos acerca da leitura dos acontecimentos associados/inspirados à determinada figura mítica, respondo, sob a ótica arqueológica foucaultiana: em verdade, trata-se, tão-somente, de um projeto de captura do espírito de sua época conforme a vontade de alguns. No caso desta, confeccionada na Idade dos metais, por intermédio da regência de poderes, saberes e das *vontades de verdade* aspiradas por seus governantes sob inspiração da figura mítica de Cristo. Chego, ao ponto que considero o mais relevante da discussão que comecei investigando o episódio central do drama da existência humana – alinhado, finalmente, o mito de Adão e Eva às *vontades de verdade*. Com base nos vestígios que reuni/relacionei, no tocante ao eco da vontade hebraica, ao preço da reelaboração da epopeia babilônica, creio indispensável inquirir: afinal, porque prevalecer Adão como protagonista do Gênesis ao invés manter neste o protagonismo de Eva?

Sabe-se, lendo a história dos líderes posteriores que ascenderam no cristianismo, como Santo Agostinho (354-430 d.C.), que estes se concentraram na primeira mulher como a fonte primordial de tentação, da perda da inocência, enfim, de todas as mazelas e sofrimento humano. Dito de outra maneira, o apagamento da posição de verdade antes inscrita em Shámhat, depois atualizada em Eva, “abriu as comportas para uma corrente de misoginia que turbilhonou durante

séculos em torno da figura da primeira mulher” (GREENBLATT, 2018, p. 115). Antagonistas em sua memória, reside na vontade de verdade destes, e não naquela dos babilônios, como resultado (sem haver implicação categórica alguma nisso ao dizer, cogito), o homicídio de Eva e suas descendentes.

Arqueologia e mito: fins e (re)começos

Ša naqba imuru,/ išdi māti,/ [Ele que o abis-
mo viu,/ fundamento da terra,/]
alkakāti idû,/ kalāssu. [Seus caminhos conhe-
ceu,/ sábio em tudo.]
Ša Gišgīmaš imuru [Epoieia de Gilgāmesh]

Das denúncias a respeito das mentiras contadas pelos homens para justificar crueldades contra as mulheres, a mais antiga, no Ocidente, seja talvez *La Tirannia paterna*, corajosamente publicado em 1654, dois anos após a morte de sua autora, Arcangela Tarabotti (1604-1652). A voz da freira enclausurada não se resignou calada e encontrou seus meios para se comunicar com o restante do mundo. Dizia, em seu livro mais conhecido, que, se interpretada corretamente, a Bíblia deixaria claro que

[...] a primeira mulher não era simplesmente igual ao primeiro homem, mas superior a ele [, pois,] Adão foi feito de simples barro; Eva, de uma substância mais nobre, o corpo do homem. Adão nasceu fora do Éden; Eva, no próprio Paraíso. Ela foi o compêndio de todas as perfeições, a obra-prima final e suprema de Deus” (GREENBLATT, 2018, p. 127).

O mito de Gilgāmesh e os atos de Shámhat certamente não chegaram ao conhecimento de Arcangela. Mas, os vestígios de violência implicados pelo apagamento da protagonista mítica babilônia (haja visto os anseios da freira concernentes à figura de Eva), comprova, desde 1654, a *permanência* do problema herdado a partir da decisão dos detratores cristãos em desfigurarem Shámhat como antagonista na história do Gênesis bíblico. Eva ou Shámhat, se obra-prima, diabólica, sedutora,

pecadora, ou bruxa, a eterna primeira mulher continuou adejando interpretada com inúmeras faces em textos, afrescos, catacumbas, xilogravuras, esculturas e em pinturas que remontam o século XVI até a contemporaneidade – como aquela reinterpretada em *Dark*.

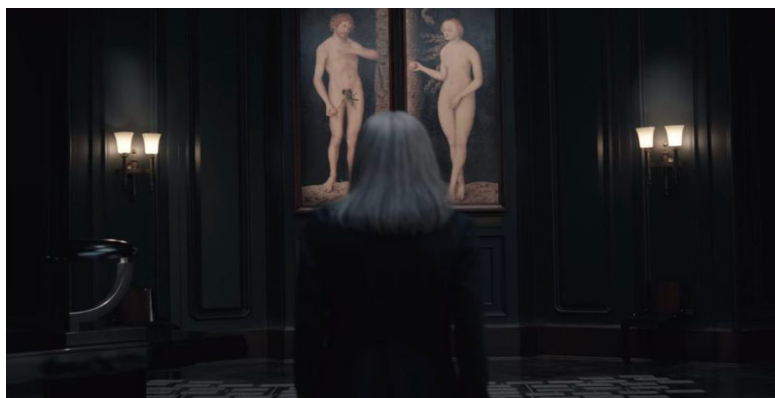
Indiferente às máscaras que lhe roupem, as conhecidas fabricações de Eva seguiram silenciado sua versão babilônica conforme desejaram as vontades de artistas, profetas e governantes. Mas sua história se ergueu do túmulo em Nínive amparada por um assiriologista cuja voz fez falar a pedra. Hoje, a sua versão atualizada em *Dark* parece antever o caos estabelecido segundo as vontades personificadas em Adão. Lanço, como gesto derradeiro, um olhar sobre o mundo (espaço colateral) onde lampejam como possível realidade os desejos da primeira mulher. No episódio final da segunda temporada de *Dark*, Jonas é resgatado do apocalipse por uma versão de Martha que desconhece. No universo proposto pela série, um dos (inevitáveis) efeitos colaterais das viagens no tempo, de se cruzar os multiversos e mitos, é deparar-se com versões suas, comprazendo-se de seus próprios “pecados” ou “virtudes”. Partindo agora da terceira (e última temporada), no episódio *Déjà-vu*, Eva cita Schopenhauer:

[...] se soubéssemos como as coisas acabariam, onde nossa viagem nos levaria, teríamos tomado as mesmas decisões ou teríamos percorrido outros caminhos? O caminho que fizemos nos prega um jogo, no qual nos faz encararmos sempre a nós mesmos? (1:00:49).

Eis o questionamento de Eva para Adão. Jonas, atado à fábula de poder encontrar-se consigo mesmo, com várias versões suas (até descobrir-se um antagonista Adão), desta vez, cruza com uma Martha personificando a versão mais antiga de Eva que pôde encontrar. Esta, desperta de seu sono milenar, aguardava seu retorno para lhe informar que, daquele universo, lutou, com fracasso, para

que a figura de Adão jamais nascesse em qualquer narrativa conhecida. Porém, em todas as suas tentativas, todos os mundos que conheceu terminavam no apocalipse. Almejava um destino diferente daquele traçado por um deus não tão benevolente para com a humanidade que criara, ao perceber-se fantoche desta pretensão, deu-se conta, finalmente, de que a origem do problema – o irrefreável apocalipse –, revela-lhe, insidia no *embate de vontades* sobre a própria existência de ambos. Na sabedoria de Eva (ou de Shámhat?, figura 3), a Gênese humana deveria começar com outra história.

Figura 3 – Dark, 3ª temporada. Eva observando seu retrato no episódio Déjà-vu.



De pé em frente ao velho *Retábulo de Ghent*, quando foi retratada por Van Wyck em 1432 d. C., sob tantas camadas de tinta à óleo, mais uma entre tantas outras jaulas que já lhe foram concedidas, observa-se lá, onde não está, onde Shámhat nunca esteve, esgotada por suas viagens segundo muitas vontades que não foram as suas, a Eva nas sombras de *Dark* admirando-se pintada. Dando as costas para Jonas, o último Adão, indaga-se a respeito da autenticidade e das consequências associadas à(s) origem(s) de suas existências. Para Eva, só havia uma solução que impedisse a repetibilidade eterna do fim: o suicídio de seus protagonistas; é imperativa a *queda do mito*.

Ironicamente, Adão e Eva incorrem em Nietzsche ao se depararem frente à genealogia de sua própria história, a Gênese, e não o Apocalipse, como o real problema que merece estima. A resposta ao gesto definitivo, soube primeiro Eva, eram evidências sensíveis ao coração. Era-lhe necessário ir mais fundo até torná-las claras ao espírito, concluía, após viver infinitas vezes o mesmo mito, despertando da inércia, como se deduz junto ao eco de Sísifo. Diante dos jogos históricos discursivos aqui mobilizados, de minha parte, tenho certeza, frente à inflexão que operei, não ter exposto ineditismo algum sobre a pluralidade da literatura abordada. Perante os desejos seculares rasurados em acidentada poesia – linguagem imemorial –, não percorri nada que outrora já não estivesse escavado, traduzido, desestabilizado ou televisionado. Meu intuito, sincera obrigação ética, foi o de conjurar verdades adormecidas.

Referências / filmografia:

BÍBLIA, A. T., N. T. Francês. **La Bible: Ancien et Nouveau Testament**. Traduite de l'hebreu et du Grec. Alliance Biblique Universelle, Bruxelles, 1997.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve história do Cristianismo**. 1ª ed. Trad. Neuza Capelo. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo, pensar com Foucault**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DARK. FIESE, Jantje; ODAR, Baran bo. Temp. 1, 2017. Temp. 2, 2019. Temp. 3, 2020. *Netflix*.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GREENBLAT, Stephen. **Ascensão e queda de Adão e Eva**. 1ª ed. Trad. Donaldson M. Garschagen, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. **Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgámesh**. Trad. Jacinto Lins Brandão. ORG. Oséias Ferraz. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2021.

Submissão: maio de 2022.

Aceit: maio de 2022.